

Transcrição do documento CPJ004-286, depositado no Instituto de Estudos Brasileiro IEB-USP. É de uso exclusivamente acadêmico. É vedada sua publicação em livros, e-books, revistas e outros meios ou qualquer uso comercial sem autorização.

Documento original, datado de dezembro de 1937.

1937

Com o ano de 1937 encerra-se uma das mais importantes e movimentadas fases da história política do Brasil e inicia-se outra, cheia ainda de incertezas e perspectivas obscuras. Politicamente o golpe de Novembro é o epílogo de uma evolução no sentido de fortalecimento crescente do poder executivo com o paralelo enfraquecimento e desmoralização dos demais poderes. Paradoxo histórico: a fase que se segue à revolução de 30, desencadeada sob uma bandeira liberal, anti-autoritária, visando particularmente o poder excessivo do presidente da República, essa fase se encerra justamente com o advento de regime em que o autoritarismo presidencial resulta não apenas numa situação de fato, contrária à constituição vigente (como foi o caso até hoje), mas está inscrito expressamente no texto da lei orgânica do país.

Fatores sumamente complexos concorreram para um tal desenlace. Fatores de ordem interna combinam-se com outros de natureza externa e é muito difícil destacar fatos e analisá-los isoladamente. Eles se ligam e inter-determinam de tal forma que não é possível chegar a conclusões dentro de pontos de vista particulares ou parciais. Talvez o historiador do futuro, tendo diante de si o quadro completo dos acontecimentos – por enquanto ainda estamos acantonados num pequeno setor e a maior parte do drama político representado ainda está por passar – talvez o historiador do futuro possa destrinçar a meada que são os fatos que presenciamos. Hoje isso é impossível, e temos de nos contentar com alguns traços gerais.

A revolução de 30 marca incontestavelmente o fim de um regime, de um sistema político caduco. Hoje percebemo-lo melhor ainda que na época. A

República Velha, arquitetada pelos primeiros estadistas da República se resume no seguinte:

- (1) Larga autonomia estadual imposta sobretudo por S. Paulo, oprimido sob o Império por um regime centralizador que o confundia, ele, próspero, com as demais províncias, quase todas decadentes ou estagnadas.
- (2) Ampla liberdade econômica: um Estado neutro, aparte das lutas e concorrência no terreno econômico. Um Estado sem iniciativa no plano econômico e social.
- (3) O mecanismo político do país fundado em pequenas oligarquias locais, com eleições de fachada, mantidas pela força contra a investida de facções opostas, tudo se desenrolando sob as vistas indiferentes da massa da população.

Esta, em linhas gerais e nos seus caracteres essenciais, a estrutura política do Brasil que resulta da implantação da República. Há variantes de Estado para Estado. É preciso dividi-los em grupos mais ou menos homogêneos. Em primeiro lugar temos os Estados mais pobres, decadentes ou mais ou menos estagnados. É o grupo mais numeroso que compreende todo o Norte, o Nordeste até a Bahia inclusive – a Bahia será talvez uma transição, com o Rio de Janeiro; compreende ainda os grandes semi-desertos do interior – Goiás e Mato Grosso, e de certo modo Paraná e Sta. Catarina.

Nesses Estados formam-se oligarquias típicas: pequenos grupos exclusivistas constituídos em cada Estado por algumas – às vezes uma só família poderosa. A coisa pública é para elas propriedade privada; os cargos, empregos para parentes, amigos, afilhados; o tesouro para ser repartido entre eles e alimentar as finanças particulares dos membros do grupo. Enfim, concessões públicas, benefícios, privilégios de toda ordem representavam as vantagens que se haveriam da posse de uma situação política.

A disputa em torno dela era evidentemente acesa. Estados pobres, de recursos e possibilidades minguadas, a atividade privada não encontrava grande margem. A política, com as vantagens dela decorrente, torna-se assim uma verdadeira profissão, e a mais rendosa de todas. A política é a ante-câmara da

administração, isto é, dos cargos burocráticos e dos privilégios que esta pode dispensar. E aí se encontram as maiores possibilidades. A política se torna assim a atividade por excelência nesses Estados depauperados.

A descentralização federativa inaugurada pela República naturalmente contribuiu decisivamente para isto pois, concedendo plena autonomia às antigas províncias e entregando a cada uma um pequeno organismo estatal (isto é com a faculdade de cobrar impostos constituir um tesouro público e utilizar a coação estatal) ela tornou possível a formação desses pequenos grupos oligárquicos, o que sob o Império não podia suceder.

Entregues a si mesmos, sem a tutela de um poder central, os Estados se tornaram presas inermes daqueles que, ou por sua situação social ou financeira de destaque, ou por predicados pessoais, souberam se impor pela força ou por habilidade. Não encontraram eles pela frente uma consciência pública capaz de retê-los e muito menos dirigir-lhes a ação. Tiveram apenas que dominar uma população inculta e completamente alheia a qualquer noção de interesse público.

A “política dos governadores”, conseqüência lógica e necessária do regime estabelecido pela Constituição de 91 reforçou o sistema, emprestando às oligarquias regionais a força do governo central em troca unicamente do apoio político dessas oligarquias à situação federal. Depois do governo de Campos Salles, que inaugura a famosa “política dos governadores”, a autonomia e independência das oligarquias estaduais torna-se absoluta: cada qual age dentro do seu domínio como bem entende. Põem e dispõem à vontade, e seu único programa é manter-se nas posições usufruí-las o mais possível e afastar os concorrentes, que sob o rótulo de “partido de oposição” não querem outra coisa senão substituir-se, para os mesmos fins, à situação dominante.

Um segundo grupo de Estados (Bahia, Rio de Janeiro). O caráter oligárquico da sua política não será talvez tão acentuado como o do primeiro grupo. Mas não precisamos analisá-lo à parte porque as atenuações que possivelmente apresente a tal regime não são de molde a modificar substancialmente as condições descritas.

Antes de abordar o grupo em que figura S. Paulo e a seu lado Minas Gerais, cuja posição é a mais importante para a compreensão da política brasileira, vou me referir ao Rio Grande do Sul, que ocupa no cenário brasileiro uma posição não só excêntrica, como nitidamente original.

Com o advento da República o Rio Grande do Sul, já de há muito numa situação *sui generis* em confronto com as demais circunscrições político-administrativas do país, se destaca ainda mais. De um lado adota uma constituição em completo desacordo com a norma geral dos outros Estados e mesmo com o sistema constitucional do país, mas ainda evolui para uma forma de governo e processos políticos totalmente originais. O Rio Grande, desde a implantação da república até as vésperas da revolução de 30 conheceu apenas, pode-se dizer a ditadura sucessiva de dois homens: Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, sendo que a última cobriu por si só mais de um quarto de século.

Mas a ditadura gaúcha não se assemelha em nada ou quase nada às oligarquias, também ditatoriais, embora de outra forma, do Norte. É uma ditadura inspirada pelos princípios de uma ideologia abstrusa talvez, mas honesta em suas intenções. Só isto já bastaria para conceder ao Rio Grande um lugar à parte no cenário da política brasileira. Ao lado da política de saque, orientada unicamente pelo interesse privado de microscópicas oligarquias – como se dá na maioria dos Estados brasileiros – , e da política essencialmente pragmática, sem ideal político ou sistema ideológico algum – é o caso de S. Paulo e Minas Gerais – o Rio Grande se caracteriza como único estado brasileiro em que se tentou pôr em vigor, à risca, uma ideologia política abstrata: o positivismo.

Também, ao contrário dos Estados cuja política já analisamos a luta política riograndense – a mais intensa que tivemos – não se caracteriza pelo embate de facções idênticas na sua constituição e seus fins – que é o usufruto da coisa pública, mas pela oposição violenta contra uma ditadura de fato e de direito, apoiada no aparelhamento administrativo do estado, de caudilhos e coligações de caudilhos, grandes estancieiros na sua maioria e chefes soberanos do campo gaúcho. Luta violenta que se desenrola no campo de sangrentos combates e que se prolonga até o dia em que governo e caudilhos se unem e partem para a conquista do Brasil. Este dia foi a revolução de 1930.

Resta-nos falar em S. Paulo, que nos seus caracteres essenciais é acompanhado por Minas. S. Paulo conheceu, a partir de meados do séc. XIX uma prosperidade ascendente que contrasta dolorosamente com a decadência e a estagnação das demais regiões do país. Salvo a meteórica e por isso mesmo insignificante fase de prosperidade da Amazônia com o surto da borracha, o Brasil não apresenta outro exemplo que se compare ao de S. Paulo. De uma província de segunda ordem, sem expressão econômica e política, S. Paulo passou em alguns decênios para o primeiro plano, e numa posição de tamanho destaque que deixa o resto do país numa distância incomensurável. O regime centralizado, que era o do Império, tornou-se assim, subitamente, insuportável para S. Paulo. As tendências federativas já vinham no Brasil de longe, com raízes em condições geográficas e históricas profundas. Mas nunca se fizeram surtir como no momento em que S. Paulo começou a sufocar no ambiente estreito do Império centralizador. Próspero, rico, com grandes interesses por que velar, dispondo de meios para isso, como suportar a tutela de um centro afastado em que sua voz se confundia com a das demais províncias que pediam coisas tão diferentes das exigidas por uma região que progredia enquanto elas recuavam? S. Paulo queria braços para a sua lavoura cafeeira que avançava a passos de gigante pelo território até então virgem do oeste, e o governo central assoberbado por tantos pequenos problemas de administração que retinham sua atuação desde o Rio Grande até o Amazonas não podia evidentemente dedicar-lhe o devido cuidado. E era o governo provincial, com seus poucos recursos e reduzida competência quem tinha de se ocupar do assunto. Este exemplo – certamente o principal – entre tantos outros. A autonomia federativa, pleiteada sobretudo por S. Paulo, foi certamente dos principais fatores da República. Se outras causas não existissem esta bastaria para destruir o Império que não pôde ou não soube conceder a autonomia das províncias.

O primeiro cuidado dos constituintes de 91 foi assentar solidamente essa autonomia. Eles compreendiam tão claramente o problema, conheciam-no tão bem que não se perderam nem um momento em divagações e abstratas declarações de princípios. Foram diretamente ao âmago da questão; nos debates da Constituinte os dois pontos que merecem maior estudo e despertam maiores polêmicas são a discriminação dos impostos e o famoso “art.6º”, o coração da Constituição de 91, como a chamou Campos Salles.

Obtida a autonomia, S. Paulo pôde trabalhar à vontade. Entrega-se inteiramente ao surto econômico e financeiro que o empolga. A política passa para o segundo plano. Progresso econômico quer dizer grandes interesses gerais por que velar. Embora não se possa falar numa grande educação política, formase contudo em S. Paulo uma certa consciência pública, isto é, uma atitude definida perante a administração, exigindo dela todo o zelo na solução dos problemas que [o] progresso paulista propunha continuamente. Imigração, transportes, educação, saúde pública eram outros tantos assuntos administrativos a que os dirigentes paulistas não se podiam furtar sob pena de incidirem na condenação geral e não se poderem manter. Os políticos paulistas não são certamente diversos dos seus colegas de outros Estados. Se agiram diferentemente e se realizaram uma obra administrativa que não tem paralelo no resto do Brasil, deve-o S. Paulo não a homens excepcionais com que a Providência o favoreceu por nímia generosidade, mas unicamente a que sua prosperidade não toleraria à frente de seus destinos homens que não fossem administradores. Abusassem, prevaricassem – e de tudo isto houve certamente, e muito, em S. Paulo; mas cuidassem dos interesses públicos: era esta a condição *sine qua non* de sua vida política. Os políticos paulistas tiveram de submeter-se à imposição. E sem contestação realizaram uma obra administrativa que, para o Brasil, é notável. É nesta obra que se formou uma geração de administradores que, saída dos bancos acadêmicos – quase todos vêm da Faculdade de Direito – nas vésperas da proclamação da República, constituiu aquilo que passará à história com o nome de Partido Republicano Paulista.

O PRP, que se tornou símbolo das oligarquias brasileiras, não se pode, com justiça, chamar uma oligarquia no sentido brasileiro da expressão. O PRP foi aquilo que dissemos: a designação comum – partido, no sentido próprio da palavra, não foi – da primeira geração de administradores de S. Paulo republicano. Administradores que realmente deixaram atrás de si uma obra que justifica a designação que lhes damos. A decadência do PRP começa no dia em que aparecem novos problemas que ele não sabe e não pode resolver, nem ao menos compreender. Ele soube dar braços à lavoura necessitada, organizar razoavelmente a justiça e a repressão do crime; dotar o Estado de um aparelhamento pedagógico e sanitário que se não é modelar está em todo caso

ao nível das possibilidades financeiras do Estado. Numa palavra, os políticos do PRP souberam assentar as bases da organização administrativa de S. Paulo.

Esgotaram-se as suas possibilidades. E quando novos problemas, problemas de natureza completamente estranha a uma geração que nascera e se formara ainda sob o regime escravista, quando tais problemas surgem, o PRP nem sequer sentiu a sua aproximação. Continuou na velha rotina dentro dos velhos horizontes, que se eram amplos no alvorecer da República, tinham-se tornado singularmente estritos. Entre tais problemas figura a questão social (e a frase famosa de um ex-presidente de S. Paulo, “a questão social é uma questão de polícia” mostra bem a incompreensão em que tinha o problema), a liberação econômica nacional e finalmente o problema da adaptação do regime a novas condições políticas que se começavam a impor. Deixo de me estender aqui sobre tais questões reservando-me para fazê-lo adiante. Se de um lado o PRP mostrava-se incapaz de enfrentar seus problemas, doutro o sistema político instalado em S. Paulo impedia a renovação de seus quadros com a substituição de seus velhos componentes por elementos mais aptos diante da situação nova criada. Se o PRP, como dissemos, não fora uma oligarquia ele começava de certo modo a tornar-se tal. Quando ele se constituiu e organizou no início da República, reuniu, pode-se dizer, todos os elementos capazes do Estado, isto é, todos aqueles em condições de agir politicamente e administrar a coisa pública. Com o passar do tempo, de amplo e aberto que ele era, foi se tornando pequeno e exclusivista. Todo adventício era olhado com desconfiança; muito poucos penetravam seus arraiais. É natural que assim fosse. Aqueles homens que assumiram a responsabilidade da política e da administração do Estado quando tudo ou quase tudo ainda se achava por fazer, e que resolveram os primeiros problemas da administração paulista, sentiam-se naturalmente intitulados para a posse definitiva das posições de mando; era-lhes naturalmente impossível, de motor-próprio [?], compreenderem a nova situação e abdicarem espontaneamente. Forçá-los a isto seria o papel de um sistema político flexível e vigoroso, que S. Paulo não possuía. Dado o regime exigente, os homens ou o grupo no poder tinha por natureza que se perpetuar nele. Em matéria de renovação ou antes, preenchimento dos claros [?] que o tempo fatalmente ia abrindo nos seus quadros, o PRP não encontrou outro processo senão uma forma de sucessão consangüínea ou afim. Quase todos os políticos mais moços

do PRP nas vésperas do movimento de 30 são filhos, genros, sobrinhos e quando não isto pelo menos apaniguados dos velhos chefes que vieram do século passado; e a tais laços deviam suas posições.

O PRP adquire assim certos caracteres oligárquicos, que mais se acentuam diante da sua incapacidade de enfrentar os novos problemas que vão surgindo. Os antigos já estavam resolvidos ou pelo menos encaminhados, o que quer dizer que tinham saída da alçada de políticos e chefes da administração para a dos técnicos. É o que já há muitos anos se dá em S. Paulo com a maior parte dos ramos fundamentais da administração: justiça, polícia, educação, saúde, etc. Os novos, o PRP os desconhece. Perde portanto, como organização política, toda expressão realizadora, e torna-se cada vez mais parasitário. O desprestígio em que cai é então completo, e se aproxima das características das oligarquias típicas do país.

Para terminar esta revista rápida das condições políticas nos vários Estados brasileiros acrescentarei que a descrição se refere antes a tipos extremos e mais ou menos esquematizados. Precisamos dar o devido desconto e atenuar e matizar em todos os casos as cores apresentadas. De um lado as situações do Norte, embora nela predominem os caracteres oligárquicos descritos, também apresentam alguns dos traços que atribuímos exclusivamente a S. Paulo e Minas; doutro, estes dois Estados também participam de certa forma – e notamo-lo para a fase mais recente – dos caracteres que denominamos para empregar um termo vulgarizado e expressivo, oligárquicos.

Quanto ao governo central, a Constituição de 91 tirou-lhe toda autonomia. O eixo político do país desloca-se para os Estados; é neles que se desenrola a política de base, onde se fazem, ou antes se forjam eleições, onde se faz toda a química político-burocrática. São os poderes locais que se mantêm em contato direto com o país; o governo federal é uma super-estrutura sem bases próprias no país. Para poder agir, simplesmente para se manter, é obrigado portanto a apoiar-se nas situações estaduais, que monopolizam o poder político. E de certa forma, até a força material. Depois de 91, cada Estado organiza a sua polícia, dando-lhe um caráter nitidamente militar. O governo central, com um

exército rudimentar, marinha inexistente praticamente, não pode ter a pretensão de enfrentar as polícias estaduais. E assim, política e materialmente desaparelhado, o centro tem de se subordinar aos Estados. Como resultante necessária, temos a famosa “política dos governadores”, que consiste em suma na aliança entre o governo federal e as situações estabelecidas nos Estados. Estas apóiam aquele, incondicionalmente, em todos os assuntos de ordem nacional; o governo federal, por seu turno, toma sob sua proteção as situações locais contra as arremetidas de seus adversários. Campos Salles, inaugurando esta política, deu afinal estabilidade ao país. Com todos seus defeitos, não havia outro caminho a tomar. A situação do país, quando aquele presidente assume o governo era desesperadora. Lavravam ainda os germens da agitação que seu antecessor, Prudente de Moraes, conseguira com enorme esforço e grande habilidade abafar. Mais grave ainda era a situação financeira. Para dizer a verdade, o governo federal ainda não iniciara sequer sua atividade administrativa. Tudo estava por fazer, a para fazê-lo, Campos Salles, ou qualquer outro no seu lugar, precisava de paz política e ordem financeira. E isto só era possível dentro da estabilidade política. Era preciso consolidar as situações estaduais, única base com que o governo federal podia contar, e agrupá-las em torno de si num apoio efetivo e sólido. A fórmula achada, e não podia ser outra, foi a “política dos governadores”.

A partir de Campos Salles, o governo federal começa a realizar uma certa obra administrativa. Organiza as finanças, tenta alguma coisa no sentido de sanear a moeda, renova a capital do país saneando e urbanizando-a, inicia o aparelhamento de suas forças armada[s] dotando a marinha de unidades modernas. Não era muita coisa; mas era sem dúvida um início. A guerra européia 1914-18 interrompeu esta obra. As receitas alfandegárias, principal fonte de renda federal, caem bruscamente, e a crise financeira que daí resulta paralisa a ação federal. Mas é noutro sentido que a guerra, suas conseqüências e a nova situação mundial atuam sobre o Brasil. Porém isto interessa não apenas à administração federal, de que nos ocupamos, mas tem repercussões muito mais profundas. Veremo-lo por conseguinte mais adiante.

Em conclusão, o governo central se caracteriza na primeira fase republicana como um poder politicamente fraco, que no terreno administrativo

não realizou e não podia realizar grande coisa. Paralisado de um lado pela sua debilidade política e dependência em que se encontrava de situações estaduais, em geral alheias aos interesses nacionais e limitadas a estreitos horizontes locais; paralisado doutro lado por finanças eternamente em crise (voltaremos sobre esta questão financeira, suas causas e sua evolução) o governo federal nunca tece uma ação realmente eficiente e construtiva.

É a partir da Grande Guerra que começam a se fazer sentir os novos problemas políticos, econômicos e sociais brasileiros. A transformação sofrida pelo mundo em conseqüência da conflagração mundial de 14 e suas repercussões, fizeram-se sentir intensamente no Brasil que assiste então ao amadurecimento de questões já existentes no passado mas ainda latentes, e à eclosão de problemas novos. Não podemos aqui senão passá-los rapidamente em revista. É o que faremos respeitando no mais possível sua ordem de importância cronológica.

Começamos pela questão econômica. Desde a constituição do Brasil em nacionalidade independente, mas sobretudo a partir da proclamação da República, a economia do país assenta num esquema que tem por base essencial as seguintes pontos: 1º exportação de matérias primas e gêneros alimentares; importação de artigos manufaturados. 2º inversão de capitais estrangeiros no país sob a forma de empréstimos públicos e aplicação em indústrias nacionais – sobretudo serviços públicos.

O aparelhamento material do Brasil se fez quase todo, ou pelo menos em grande parte, à custa de capitais estrangeiros. São eles que constroem nossas principais e maiores vias férreas, aparelham portos, instalam serviços públicos nas grandes cidades. São eles ainda que financiam a expansão das nossas lavouras. Isto eles fazem, como vimos, ou diretamente pela sua inversão naquelas várias atividades, ou indiretamente pelo fornecimento de fundos, sob a forma de empréstimos, aos governos central, estaduais e municipais.

Na base deste sistema consegue-se estabelecer um certo equilíbrio, precário é certo, como o futuro havia de o demonstrar, mas em todo caso [aparentemente] estável, pelo menos no momento. A jato contínuo afluíam

capitais estrangeiros que serviam para aparelhar a economia do país e para satisfazer o[s] serviços de juros e amortização dos fundos chegados anteriormente. Este segundo papel dos capitais invertidos no país deve particularmente reter a nossa atenção. Por circunstâncias que não podemos aqui analisar pormenorizadamente a produtividade do país não acompanhou *pari passu* o progresso dos nossos compromissos no exterior. Pelo contrário, ficou-lhe muito na retaguarda. Como conseqüência, o nosso déficit econômico foi-se avolumando paulatinamente. Isto se revela em dois índices principais e de maiores repercussões: de um lado, o déficit crônicos d nossa balança exterior de contas, isto é a diferença, desfavorável para nós, entre o que tínhamos que pagar no exterior (serviço da dívida pública, remuneração de capitais industriais e comerciais invertidos no país, pagamento das importações) e o que recebíamos em troca das nossas exportações. Doutro lado, desequilíbrio nas finanças públicas, tanto federais e estaduais, como também de alguns municípios de maior importância, oneradas com débitos cada vez mais pesados e que não eram compensados por um crescimento paralelo das rendas públicas.

Este desequilíbrio econômico passou a princípio despercebido. Compensava-o o afluxo contínuo e ininterrupto de novos capitais cujos efeitos negativos só no futuro seriam sentidos e que no momento de sua chegada atuavam apenas como fatores positivos de compensadores do déficit. Naturalmente, com o tempo, era de se esperar um rompimento desse equilíbrio mais que instável. Só em duas hipóteses tal rompimento não se daria. A primeira era de um desenvolvimento rápido e acelerado da produtividade do país. Tal hipótese não se verificou. Pelo contrário, as bases da produção brasileira foram-se desfalcando, primeiro pelo fracasso da borracha, em seguida pelo declínio, que já vinha desde o Império, da nossa produção tradicional, o açúcar; e com exceção do café, todas nossas demais atividades produtoras mantinham-se em níveis ínfimos. Causas internas – falta de organização, dificuldade de transportes, mercado interno insuficiente, etc. - , mas sobretudo circunstâncias de ordem internacional, comprimiam as forças produtoras brasileiras dentro de um círculo de ferro de que não [as] podiam livrar. Só o café conservava horizontes mais largos, e ao café, como conseqüência, dedicaram-se todos os esforços. O limite de possibilidades do café foi rapidamente atingido. A primeira crise de superprodução data de 1906. Desde aquele momento a

situação apresentava-se clara aos olhos dos prevenidos. Era preciso mudar de rumo, tentar novas possibilidades. Mas quais? A complexidade do problema não podia ser compreendida pelos nossos dirigentes. Tal incompreensão, que acima já notamos de passagem, prende-se a um estado psicológico, a uma certa educação e formação mental dominadas inteiramente por concepções antigas que se tinham tornadas caducas. O problema, de certo modo, ainda é o mesmo de hoje, e exige uma remodelação fundamental da economia brasileira. Ora isto não podia ser compreendido pela geração detentora então da direção política, econômica e social do país. O máximo a que chegou foi tentar o fomento de novas produções, mantendo-se contudo sempre dentro dos mesmo moldes existentes. O programa de policultura adotado particularmente em S. Paulo a partir da administração Júlio Prestes é a expressão dessa tentativa de solução do problema proposto pela crise cafeeira. Solução quantitativa, digamos assim, quando a economia brasileira estava a exigir reformas qualitativas, reformas de estrutura.

Se a crise da produção brasileira já vem de longe, ela tinha de se acentuar a partir da Grande Guerra. Novos ideais de autarquia, restrições comerciais, concorrência cada vez mais aguda, são outros tantos fatores que dificultam singularmente a situação de um país à procura de novos horizontes e cuja necessidade vital era a expansão de sua economia. Como realizar essa expansão num mundo cada vez mais fechado, dividido em compartimentos sempre mais isolados por barreiras alfandegárias e outras a crescerem de dia para dia? O problema brasileiro, se já se fizera sentir no primeiro decênio do século trona-se premente depois de 1918, e mais que nunca uma solução tradicional, dentro das formas e métodos estabelecidos tornava-se impossível. Dentro deste critério conservador, a questão se tornara de todo insolúvel.

Em resumo, a primeira hipótese citada que afastaria o perigo do rompimento de equilíbrio instável em que assentava a economia brasileira, não se verificou e não se poderia verificar. A produtividade do país não tece o surto que a situação deficitária da nossa economia estava a exigir.

A segunda hipótese seria a perpetuação do afluxo regular e contínuo de capitais estrangeiros que mantinham o equilíbrio estabelecido. A Grande Guerra também aí atuou de forma decisiva. Os nossos maiores prestamistas até 1914

tinham sido os países europeus; a Inglaterra em primeiro lugar, a França depois e alguns outros de menor importância em seguida. As incalculáveis despesas da guerra e as dificuldades financeiras e econômicas em que esses países se debatem no período após a conflagração reduzem sua capacidade de exportação de capitais. Os Estados Unidos substituem-nos em parte, mas não totalmente. Ainda foi possível manter o equilíbrio no Brasil até a crise de 1929.

Depois dessa data fecha-se completamente a bolsa dos nossos fornecedores de capital, e de prestamistas solícitos eles se transformam em credores exigentes. Essa situação, que se vem prolongando até hoje, parece definitiva. Falhou por conseguinte também a segunda e última hipótese lembrada, capaz de perpetuar o equilíbrio instável outrora desfrutado pelo Brasil.

Seja como for, esse desenlace era previsível, e não foi esquecido por observadores isolados. O problema já existia há muito, e não fez senão se acentuar até impor-se, como hoje, à evidência. E nossos dirigentes foram incapazes de compreendê-lo.

O mesmo se dá com outro problema: a questão social. A “questão social”, tomada numa acepção lata, foi sob o Império, a questão servil. O regime anterior a resolveu – pelo menos no essencial – abolindo a escravidão nas vésperas da República. Cabia a esta completar a obra da abolição extirpando os resíduos do regime escravo que ainda permaneciam e ainda se mantêm em grande parte. Não bastava evidentemente dar liberdade aos escravos. Era preciso encetar a obra de levantamento moral e material do trabalhador brasileiro e valorizar o trabalho nacional, profundamente impregnado ainda pelo espírito que lhe deram quatro séculos de escravidão. A primeira geração dos dirigentes republicanos, formados na tradição escravista compreendiam quando muito a necessidade de abolição. Aliás nem sempre. Apoiaram-na uns, aceitaram-na os demais levados pelas circunstâncias do momento que a impunham. Ir além era-lhes impossível, e a lei de 13 de maio representava para eles a última etapa da campanha de libertação do trabalhador nacional. O novo problema da libertação social, (libertação social no sentido brasileiro, do momento) que se impunha depois da libertação jurídica, esse nem é lembrado.

A questão social brasileira, que já existia portanto sob essa forma, veio complicar-se com essa outra, desconhecida até então em nosso meio, e que é a trazida pelo proletariado industrial que surge propriamente no Brasil no primeiro decênio do século atual. É durante a grande guerra, quando a indústria brasileira toma um relativo desenvolvimento, que ele começa nitidamente a se fazer sentir. Já essa nova questão social não passou tão despercebida como a anterior, porque punham-na em foco permanentemente as agitações operárias que começavam a se fazer sentir no país. Assim mesmo o problema é muito mais sentido que compreendido, e a frase famosa de um ex-presidente de S. Paulo define muito bem a atitude dos dirigentes brasileiros perante ele: “a questão social é uma questão de polícia.”

Finalmente, o terceiro problema básico, proposto pelas novas condições brasileiras, era um problema geral de reorganização política. A estrutura do país, depois das flutuações do primeiro decênio republicano, se estabiliza nas bases que sumariamente acima descrevemos. Em cada estado, uma pequena oligarquia assume o poder. Há em regra um outro grupo na oposição que o disputa. Mas situação e oposição não se distinguem senão pela característica de estarem ou não na direção da coisa pública. O conteúdo de ambas é o mesmo: composição social, programa – ou falta de programa – finalidades. Uma tal situação correspondia ao estado embrionário da nossa formação política no alvorecer da República. Os quarenta anos que se seguem modificam, e sobretudo complicam a simplicidade anterior. O aumento da população; o amadurecimento de novas classes sociais que o Império ignorara ou de que conheceu apenas o alvorecer – classes médias, o proletariado; a diversificação maior de interesses, sobretudo econômicos; um novo equilíbrio social e econômico que aos poucos se organiza e estabelece em oposição ao anterior, profundamente abalado pela abolição e pela reorganização do trabalho na base da liberdade jurídica do trabalhador, e em grandes setores do país, na do trabalhador imigrado; todos estes e outros mais fatores tornam o sistema político do país obsoleto. Ele representa apenas uma transição entre o passado e o futuro. Com o passar do tempo ele aparece cada vez mais anacrônico e insustentável. Também aí, os nossos dirigentes foram incapazes de compreender a situação; e nenhum passo se deu, senão no sentido de reformas profundas, o que evidentemente não seria possível realizar de chofre, pelo

menos no sentido de permitir a evolução política do país por meio de um sistema menos rígido e não imobilizado em formas cristalizadas e incapazes de modificação.

Tais são, em suma, os problemas fundamentais do país nas vésperas da revolução de 30. A sua incompreensão gera no país um mal estar generalizado que vai ganhando aos poucos todas as classes sociais. A impopularidade de todos os governos, do federal aos municipais chegara então ao auge. Havia um divórcio profundo entre a nação, tomada em conjunto, e os dirigentes. Essa oposição generalizada não chegou a se cristalizar em formas e programas definidos. Ela é confusa e amorfa. Penetra os próprios quadros políticos oficiais, onde domina o ceticismo, mesmo um certo descontentamento e falta de confiança no futuro. Essa situação se revela nos sucessivos motins militares que abalam o país a partir de 1922. Não tanto nos motins em si (embora eles já sejam sinais sensíveis da desagregação política do país), mas sobretudo na simpatia que despertam. Os revoltosos de 22 e 24 se não são apoiados efetivamente por toda a nação, são pelo menos olhados com uma benevolência que vai muitas vezes até [um] apoio moral que não se esconde.

Não podia pois haver momento mais propício para um golpe revolucionário eficiente. Os movimentos de 22,24, a coluna Prestes não tinham evidentemente elementos de vitória. Limitados aos quartéis, fundados unicamente em alianças platônicas que no momento decisivo estavam fadadas a falhar, faltou-lhe evidentemente uma base sólida e organização cuidadosa. A crise da sucessão presidencial do sr. Washington Luís trouxe esses elementos: o apoio material e moral de dois grandes Estados, com todo aparelhamento estatal de que dispunham: tesouro público, força militar, proteção aos conspiradores, que com ela podiam impunemente manobrar à vontade.

Não seria possível analisar aqui pormenorizadamente as causas imediatas da revolução de 30 e as circunstâncias em que se desencadeia. Ela tinha de vir, a situação do país a tornara fatal. A crise econômica de 1929, a crise política de 1929-30 não foram senão fatores últimos que tornaram possível o que já vinha há muito se formando no país.

Mas aconteceu com a revolução de 30, depois de vitoriosa, o que tinha que acontecer com um movimento quase espontâneo, que traduzia não uma orientação e objetivos definidos, mas resulta sobretudo da profunda decadência em que caíra a política do país. As dificuldades da Revolução ainda são agravadas pela crise econômica e financeira em que se debate o país.

Como resultante, assistimos durante o período subsequente a um estado de semi-anarquia política, que muitas vezes se transforma em anarquia “tout court” e chegando às vias de fato com lutas armadas sucessivas – quarteladas no Norte, revolução de S. Paulo. A fórmula final de apaziguamento e reorganização foi dada pela Constituição de 1934 e um novo sistema eleitoral, que se não representam uma solução definitiva do problema político brasileiro, eram bastante maleáveis para permitir a evolução do país para o equilíbrio que mais lhe conviesse. Partindo das condições anteriores a 30, cujos males a revolução vinha sanar, o problema político essencial consistia em tornar possível, pelo menos, uma renovação dos quadros políticos, que se tinham tornado obsoletos, através do recrutamento numa base mais larga e representativa dos interesses do país; e dentro de moldes partidários que refletissem verdadeiramente tais interesses. O país estava a exigir uma sedimentação política, uma definição de linhas e orientação ainda por achar. A revolução de 30, prematura se a olharmos pelo lado da preparação ideológica, não trouxera senão destruição, permitindo quando muito o desabrochar de tendências e programas ainda confusos e mal compreendidos e sentidos. Mas já era muito: tratava-se apenas, depois disto, em favorecer aquele processo de maturação política iniciada. A Constituição de 34 nas suas linhas gerais, completada pelo Código Eleitoral, parece-me que resolviam cabalmente esse problema.

É verdade que o Congresso, saído das primeiras eleições realizadas, mostrou-se de [uma] mediocridade chocante. Mas era natural que assim fosse. Não podia ser outro o resultado do período de desorganização política posterior a 1930. O que parece mais grave no caráter do [pioneiro] parlamento da República Nova – que aliás reflete um vício de toda a reorganização política do país – é o traço regionalista, herança do passado, que nele se manifesta. Numa palavra, a nova ordem política reproduzia, embora já muito atenuadas e apenas como um resíduo do passado, uma boa parte dos defeitos da política anterior a

30. O sistema político antigo, caracterizado pelo regionalismo que compartimentava a política e a administração brasileiras em vinte minúsculos organismos (21, se acrescentarmos o Distrito Federal), sem articulação entre si e ligados unicamente por um centro praticamente ineficiente e sem ação direta sobre o país, tal sistema fizera o seu tempo e tornara-se de todo incompatível com as novas condições do país, cujos problemas fundamentais, tanto políticos como econômicos e sociais, tinham um caráter eminentemente nacional, e só no plano nacional poderiam ser resolvidos. O que [resta-se] portanto daquele sistema na nova ordem, constituía um vício que tinha de ser removido.

A incompatibilidade do sistema regionalista com a nova ordem de coisas torna-se flagrante a quem analisar a posição relativa do centro, isto é, do poder federal, no passado e no presente. Tínhamos visto um poder central débil e ineficiente. Débil e ineficiente porque lhe faltavam todos os elementos para uma ação eficaz: finanças depauperadas; falta de bases políticas próprias nos Estados, isto é, na nação, e dependendo por isso da política regional; falta mesmo de uma força material, elemento indispensável do poder estatal – capaz de fazer frente às forças locais. A situação, depois de 30 se modifica radicalmente. Não de chofre, mas como resultado de uma longa evolução anterior, que em 30 e depois de 30 chega à maturidade.

As finanças da República organizam-se, pode-se dizer, no governo de Campos Salles. Só daí em diante é que elas se normalizam e começam a se fortalecer. A guerra de 1914 lhes desferiu um golpe tremendo. A redução considerável das importações trouxe uma redução paralela dos direitos alfandegários, principal fonte de renda federal. Enquanto isto os encargos, representados em grande parte pelo serviço da dívida externa, não cessavam de crescer. Normalizada a situação, depois de 1918, foi possível reencetar a evolução interrompida. No decênio que se segue muita coisa foi feita e as finanças federais começam a se destacar ao lado das dos Estados. Ao lado disto, o governo federal começa a fazer uso largo da faculdade de emitir.

Tais emissões à jato contínuo, se por um lado perturbam profundamente a vida econômica do país, doutro contribuem, sem dúvida alguma, para o fortalecimento da situação financeira da União, sobretudo no que diz respeito à sua posição relativa aos Estados. Ao lado deste reforçamento financeiro do

poder central, o que já lhe permite agir com certa liberdade, desenvolve-se no correr do decênio que precede a revolução de 30 em fator de grande importância para o fortalecimento da União. Trata-se do Banco do Brasil, reorganizado por iniciativa do ministro da Fazenda Cincinato Braga, e que a partir de então se desenvolve rapidamente, até se tornar um organismo financeiro poderoso, que, manobrado pelo governo federal, representa cada vez mais um papel de relevo na vida econômica e financeira do país.

A crise de 1929 contribuiu também indiretamente para o fortalecimento do poder federal. A degradingolada cafeeira, resultante do fracasso de plano de valorização que vinha sendo desde 1925 aplicado pelo Estado de S. Paulo, obrigou o governo federal a tomar em mãos os negócios do café que S. Paulo, no extremo de suas possibilidades, não estava mais em condições financeiras de gerir. Logo depois de 30 criou-se o Conselho Nacional de café, mais tarde transformado em Departamento Nacional do Café; o governo federal assumiu a responsabilidade do empréstimo paulista de 20 milhões de libras, contraído em 1929 para sustentar a política de valorização, já então em franca degradingolada, passou a cobrar em conseqüência as taxas estabelecidas para o serviço destas dívidas e ficou com a incumbência de regular o comércio do café. Numa palavra, o poder central assumia o controle do maior ramo de atividade econômica do país.

O que se deu com o café, deu-se logo depois com o açúcar. A indústria açucareira, premida por uma crise tremenda de super-produção teve que apelar para o governo federal, único capaz de ditar normas gerais de limitação aplicáveis ao país todo – sem o que a ação isolada de qualquer Estado ou grupo de Estados se tornaria inútil. E assim, através do Instituto Nacional de Álcool e Açúcar, organismo federal, a União passou a controlar outro setor fundamental da vida econômica do país.

Ao lado destes fatores puramente econômicos, há um outro que veio reforçar consideravelmente o poder central: deriva ele da competência, outorgada à União, de legislar sobre o trabalho. Essa faculdade representa depois de 1930 uma arma política de enorme importância para a ação federal. O Ministério (nacional) do Trabalho, criado em 1931, passa a controlar os sindicatos operários e patronais. Passa a atuar assim diretamente num setor

social e econômico importantíssimo; o reforçamento político do Centro era a consequência fatal. Esse reforçamento se traduziu mesmo num fato patente e ação direta da maior significação: é a representação profissional, consagrada pela Constituição de 34. Ao lado das bancadas estaduais da Câmara, verdadeiras embaixadas regionais, tomaram assento representantes profissionais manejados exclusivamente pelo poder central e independentes da política local dos Estados.

Não irei além na análise dos fatores que contribuem para reforçar o poder central em detrimento do dos Estados. Limito-me a citar um último fato. É o relativo ao equilíbrio de força material entre a União e os Estados. Na fase imediatamente posterior à implantação da República, como vimos a União se acha desarmada diante dos Estados. Estes dispõem de polícias organizadas militarmente e formando nos principais verdadeiros pequenos exércitos. S. Paulo chegou a possuir até aviação, e desde 1906 sua Força Pública tinha instrução militar francesa. Enquanto isto a União, com um exército insignificante e obrigada a atuar em todo o país, ficava numa situação de sensível inferioridade. Mas sobretudo a partir de 1921, o governo começa a desenvolver suas forças armadas. Cria naquele ano a instrução francesa e aumenta paulatinamente os quadros do exército. O antigo exército não é apenas reduzido, desorganizado e portanto impotente. Ele está penetrado de um espírito político e regionalista, reflexo da falta de instrução e preparo de seus quadros. Seus oficiais não são militares: são civis de farda. Tudo isto se modifica profundamente a partir de 1921. As novas gerações de oficiais adquirem na Escola Militar, dirigida pela Missão Francesa, um espírito novo. Começam a sair dela os primeiros verdadeiros militares em toda acepção da palavra. E como militares, com suas vistas inteiramente voltadas para o Exército, que é nacional, eles põem à disposição do poder central uma força eminentemente centralizadora.

Ao mesmo tempo que o espírito do Exército se transforma, e ele é dotado de organização e instrução, o aparelhamento material se desenvolve, sobretudo depois de 1930 em proporções vertiginosas. A força material dos Estados, um dos fatores principais em que assentava o seu poder, passa, diante da força federal para o segundo plano. Os acontecimentos recentes do Brasil, quando

uma coligação dos maiores Estados é obrigada a ceder o passo diante da ameaça do governo federal, apoiada no Exército, é a prova da enorme transformação operada neste setor do equilíbrio de forças estaduais e federal.

A evolução centralizadora da política brasileira, provocada por fatores vários, de que só esboçamos os principais e mais salientes, é portanto um fenômeno característico desses últimos anos. Característico e profundo. Não é mais possível contrariá-lo, e tudo quanto se dirigisse contra ele provocaria uma reação fatal que acabaria necessariamente por vencer.

Ora é justamente o que se deu por ocasião da reorganização política do país – a chamada “reconstitucionalização, que se processa a partir de 1934. Embora enormemente atenuados, força é reconhecê-los, reaparecem os mesmos vícios anteriores: [uma] política regional, caracterizada pela luta de facções locais, sem projeção nacional e incapaz de enfrentar os problemas básicos do país, de caráter eminentemente nacional. A contradição entre as novas condições do país e a política que nele se organiza é flagrante.

Os caracteres regionais da nova política se refletem claramente na constituição da Câmara Federal, nas eleições estaduais, na disputa acerba pelo governo. Mas onde ela se torna nítida é na campanha da sucessão presidencial de 1937. Como no passado, vemos formar-se uma coligação de situações estaduais (S. Paulo e Rio Grande) opondo-se a outra. As oposições estaduais, também como no passado, acompanham o candidato em oposição ao candidato da situação do respectivo Estado. Assim as oposições paulistas e rio-grandenses apóiam o sr. José Américo contra o sr. Armando Salles, candidato da situação de S. Paulo e do Rio Grande; de forma análoga, as oposições dos demais Estados, com muito poucas exceções, acompanham o sr. Armando Salles. E apesar das fórmulas oficialmente adotadas, os rótulos partidários, os programas, o tom da campanha é regionalista.

Como explicar esse renascimento de um sistema que parecia abolido, e que estava em flagrante contradição com as novas condições políticas do país? Uma das causas já foi apontada: não se extirpam velhos costumes e uma tradição antiga do dia para a noite. As condições objetivas tinham-se modificado profundamente; mas a ela não correspondem a maturação política do país. Esta

ficou em atraso, e os 4 anos de agitação e desorganização que se seguem à revolução de 30 não bastaram para reformar a consciência política brasileira. Mas há outra causa, que talvez seja a mais importante. O primeiro sintoma de uma verdadeira transformação política, de acordo com as novas condições, deveria ter sido a formação, ou pelo menos o delineamento de correntes e partidos nacionais. O que vemos neste setor? Duas organizações: o integralismo e a Aliança Nacional Libertadora, ambas extremadas nos seus propósitos e radicais nos seus processos. O radicalismo integralista não estava nos seus chefes, que sempre se mostraram moderados e timoratos. Mas está evidentemente no espírito do movimento e na vontade e tendências da massa que os acompanhava. Aliás uma das causas da debilidade do movimento integralista foi sem dúvida a insuficiência dos chefes que não compreenderam nunca muito bem a causa que encabeçavam. O integralismo oscilou sempre entre o espírito profundamente conservador e prudente dos seus chefes, e as tendências revolucionárias da grande maioria de seus componentes. Quanto à Aliança, o seu radicalismo transparece desde o primeiro instante; e embrionária ainda, sem organização alguma, ela já agitava o país de Norte a Sul, ininterruptamente, durante os poucos meses de sua existência. A sua vida tumultuosa é um suceder de ações violentas, de que os levantes militares de Novembro de 1935 representam um desenlace fatal.

Como explicar esse radicalismo nos dois únicos movimentos nacionais desse período de que nos ocupamos? Por que, ao lado deles, não se desenvolveu outro, de caráter, moderado? A questão é complexa demais para caber nessa rápida súmula. Ela se prende a fatores internos, e sobretudo a circunstâncias de ordem internacional; e não seria possível analisá-los detalhadamente aqui. Limito-me por isso a constatar o fato. Dele resulta uma situação paradoxal. A opinião geral do país, refletindo as condições econômicas e sociais brasileiras, não estava madura para nenhum movimento extremo, fosse da direita, fosse da esquerda. Quanto a esse último faltava aos grupos e classes sociais capazes de levá-lo adiante maturidade e eficiência – sobretudo eficiência – para impô-lo ao país; já não digo trazer-lhe a vitória, mas apenas mantê-lo em vida. O pavor do comunista, que todos viam por detrás da bandeira da Aliança, mobilizou contra ela todas as forças conservadoras e moderadas do país; e não foi possível, pelas razões apontadas, organizar a resistência: a Aliança desapareceu sem um ai. O

levante de novembro de 1935, simples conspirata de quartel, foi o seu último espasmo; e mesmo esse levante reflete muito mais o heroísmo e desassombro de um punhado de oficiais que o resultado de um largo movimento coletivo.

O integralismo não foi tão extremado na sua ação. Freado pelos chefes mostrou-se, apesar dos modelos que o inspiraram – o fascismo italiano e alemão – muito moderado. Mas sempre houve no integralismo uma ebulição latente, e espírito predominante nele era radical. Além disto, não estavam aí os exemplos do fascismo de outros países para evidenciar a todos seu verdadeiro caráter? O integralismo nunca teve longa popularidade. Pelo contrário, sofreu desde o início, e sobretudo a partir de 1934 uma forte repulsa partida de camadas sociais importantes, sobretudo o proletariado. Quanto às classes conservadoras, elas olhavam com certa simpatia em movimento que se apresentava como vanguarda da luta anti-comunista. Deram-lhe mesmo apoio financeiro. Mas doutro lado, o integralismo não podia deixar de provocar, da parte dessas mesmas classes, um certo temor. O fascismo, em toda parte onde se implantou, foi sempre recebido como um último recurso, [uma defesa] extrema diante da ameaça de convulsão social. A implantação do fascismo, se de um lado representa a garantia da estabilidade social, pelo menos para um futuro imediato, trás doutro inconvenientes consideráveis para as próprias classes interessadas na conservação social. Aceitando a ditadura fascista, elas abdicam de boa parte de seus direitos e sua liberdade de ação. Aceitam um controle rigoroso, econômico, político e social que não deixa de ser pelo menos incômodo. O preço que as classes conservadoras, aceitando o fascismo, pagam para garantir o essencial, que é a sua existência, é assim muito elevado; e só se dispõem a pagá-lo quando não existe ou julgam não existir outro remédio. Não era este, evidentemente, o caso brasileiro. A debilidade, já não digo do comunismo, mas de todo movimento de esquerda no Brasil não chegou a inspirar um temor tão grande, a ponto de aceitar medidas extremas como o fascismo. A conclusão social iminente que sempre precedeu, senão nos fatos, pelo menos na sua interpretação, que sempre precedeu os golpes fascistas não chegou a se verificar no Brasil. O próprio levante de 1935, embora tenha assustado realmente, foi tão pronta e facilmente abafado que não chegou a provocar gestos desesperados como esse de impor medidas extremas. Assim

mesmo, foi suficiente para trazer medidas fascizantes e contribuir para a evolução política do país no sentido da ditadura.

O integralismo portanto, também encontrou ambiente. Vegetou até 1935; quase se extinguiu diante da forte ofensiva que sofreu a partir de fins de 1934; conseguiu reanimar-se depois dos acontecimentos de Novembro de 1935; mas logo perde esse impulso, e é incapaz da menor resistência quando o governo decreta a sua dissolução.

As duas únicas correntes nacionais que se formam no Brasil, durante o período que analisamos, esbarram portanto a uma hostilidade tamanha que não conseguem nem se manter. Situação paradoxal: enquanto as condições do país, sem problemas e o equilíbrio político estabelecido exigem uma política nacional, os primeiros elementos dessa política, que foram as organizações que analisamos – primeiro e únicos por enquanto – não conseguem sobreviver. Há nessa situação uma contradição profunda, e daí o dilema que se impôs ao país: ou voltar para trás, isto é, reconstituir a antiga situação política, de base essencialmente regional, o que vimos não era possível, ou suprimir toda e qualquer política, impondo em substituição à ela uma estrutura de certa forma artificial, fundada exclusivamente numa situação de fato amparado na força. É o que se deu: o golpe de 10 de Novembro de 1937 realizou a segunda alternativa.

A ditadura atual é assim essencialmente instável e transitória. É uma solução provisória, imposta pelas condições do país diante da iminência de um retorno ao passado ou da precipitação de movimentos extremados para os quais o país ainda não estava preparado. Estamos em pleno período de transição; a estabilidade da situação atual dependerá da possibilidade de encontrar uma fórmula que resolva a contradição que estudamos e que a ditadura de hoje não faz senão momentaneamente disfarçar. Uma tal fórmula deverá consistir numa política nacional moderada, assente numa base sólida que não seja apenas, como hoje, a inércia de uma situação estabelecida e o apoio da força armada. Tal fórmula é possível? A interrogação fica. Na hipótese negativa, o país evoluirá rapidamente para um dos extremos a direita ou a esquerda. Mais provavelmente, para a guerra civil, uma luta sem tréguas que se prolongará por muito tempo em meio da anarquia geral.

Este foi escrito em Paris em Dez. 1937